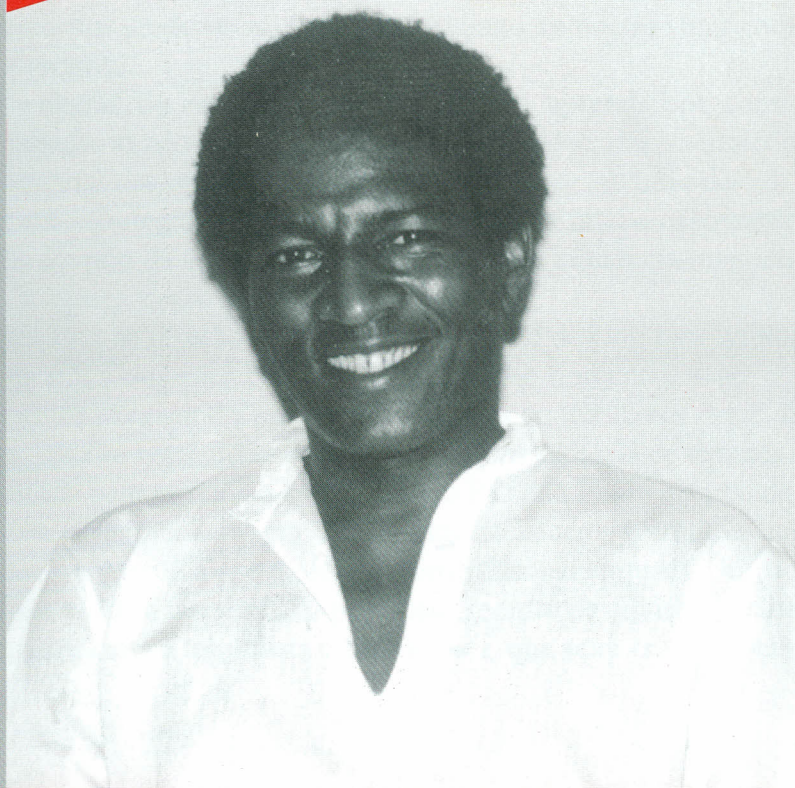


# CONSCIÊNCIA

# NEGRA



**HAMILTON CARDOSO**

*(um dos mais importantes  
ativistas do movimento  
negro contemporâneo)*



Secretaria Nacional de Combate ao Racismo



## APRESENTAÇÃO

***“Não se pode admitir, seja no campo da prática política ou no campo das discussões acadêmicas, o pecado da omissão ou o reacionarismo da indiferença. Não se pode mais pensar o Brasil em termos de uma estrutura dicotômica onde só existam capital e trabalho ou capitalistas e trabalhadores”***

Isto aprendemos com Hamilton, amigo, companheiro e irmão, em muitas de nossas conversas de bar, reuniões, seminários, encontros e congressos em que estivemos juntos.

Ele partiu para outra no dia 07 de novembro de 1999. Deixou entre nós muitos ensinamentos que continuarão nos sendo úteis, tanto no cotidiano de nossas vidas como em nossas ações de combate ao racismo.

Como militantes, negros e negras, do Partido dos Trabalhadores, aprendemos com Hamilton a discutir a viabilidade ou não das organizações de esquerda e das instituições oficiais no trato com os problemas das relações raciais, mais o impasse advindo desses processos: “ou sucumbir numa estratégia de desterro a partir de uma intervenção centrada na raça, ou perder-se dentro do mundo da esquerda brasileira, de forte influência marxista – leninista, onde certamente, o espaço negro é o gueto”.

Em um dos nossos últimos atos na direção da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo na gestão que se encerra com o II Congresso Nacional do PT, como homenagem ao companheiro Hamilton, estamos publicando um de seus recentes textos acerca deste debate. Foi veiculado de forma mais restrita entre nossa militância, em um caderno de debates da I Conferência Municipal realizada pelo Diretório Municipal do PT/ São Paulo no ano de 1999.

Ao apresentarmos este texto deixamos também um recado: esteja certo Hamilton que vamos continuar sua luta que também é a nossa, de nos constituirmos enquanto uma força em condição de dar visibilidade a idéia tão sonhada por nossa geração de ativistas políticos, de que o projeto de sociedade democrática, pluralista e multiétnica, que se quer, não está descartado!

**FLÁVIO JORGE RODRIGUES DA SILVA**

*Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT.*

Novembro de 1999



# Algumas reflexões sobre as relações raciais

*(ou: Senzala e Casa Grande, uma rota para a democracia racial)*

O dilema racial brasileiro precisa ser revisito. Gilberto Freire precisa ser relido e as Casas Grandes e Senzalas precisam ser analisadas das Senzalas. Como dizia Florestan Fernandes, pelos de baixo; os “de fora”, usando uma linguagem nova. Pelos excluídos. Se Gilberto Freire era um habitante da Casa Grande (então um sobrado) é preciso, como Marx fez com Hegel, inverter seu pensamento e reescreve-lo de cabeça para baixo. Ao que se sabe, pelo menos parte das senzalas (cortiços e mocambos) já foram alfabetizadas e, além de pensar como sempre o fizeram – e revelou a história de Zumbi e dos Palmarinos – agora podem também escrever. Que repensem o “gênio da raça” e reescrevam-no.

Algo que não pode mais ser feito é a simples repetição no Brasil das políticas anti-racistas dos Estados Unidos. Enquanto lá o confronto racial era direto, tête a tête, aqui o conflito sempre foi movido pelo Estado. O racismo brasileiro é institucional. O órgão que deve representar todos os cidadãos, aqui representava apenas os cidadãos brancos – os imigrantes e seus filhos, por largo tempo – deixando de lado, à margem, os forçosamente imigrados – os negros africanos e seus descendentes, que hoje formam 44,5%, a metade da população brasileira.

Estas revisões precisam passar pelas Universidades, especialmente pelas ciências políticas – as mesmas que formaram Freire –, hospitais que podem e devem diagnosticar como foram construídas as desigualdades sócio-raciais –ou como se deu a acumulação e exclusão racial de capitais. Esta é uma tarefa para a

qual os militantes dos movimentos negros estão historicamente melhor preparados. Mas as políticas públicas são os remédios que podem curar este mal e ao Estado ( que é de todos e para todos) cabe resgatar os prejuízos impostos aos negros brasileiros.

Algumas obras como Carlos Hasenbalg e George Reid Andrews precisam ser consideradas porque elas explicam como os negros foram excluídos do, ou reintegraram o, processo social. E é claro, as políticas públicas anti-racistas precisam, de certa forma, imitar as políticas de descentralização da economia brasileira, atualmente em andamento. Por exemplo, é preciso ser explicado em que medida a opulência do sul do país x miséria do norte e nordeste, historicamente marginalizados da economia e das decisões políticas brasileiras reflete alguns aspectos do racismo reinante no Brasil.

Neste sentido vale lembrar que o processo abolicionista brasileiro, ao contrário do norte americano, foi o primeiro **lento gradual e seguro** conhecido no país. Ele começou com o fim do tráfico, na metade do século passado, até então concentrado para o norte e nordeste, e início da imigração de trabalhadores europeus. Seguiu com a libertação de escravos no norte-nordeste combinado com a concentração de imigrantes no sul sudeste, ao mesmo tempo que se criavam – ou dava-se vida – às instituições nacionais. O grande esforço brasileiro era o de ganhar visibilidade no cenário ocidental e, para isto, era necessário construir uma nação branca – consciência reinante entre os próprios mestiços que não re-



passaram para seus filhos as consciências negro-mestiças de então, mas uma consciência mulato-morena que até hoje ainda é uma eficiente arma de ascensão social.

Depois vem o processo de desenvolvimento brasileiro, vinculado ao processo mundial. Um exemplo recente mas, por isto mesmo gritante, é a vinculação do capital japonês aos descendentes aqui naturalizados ou nacionalizados. Foi assim. Com italianos que se concentraram em São Paulo; alemães e outros euro-ocidentais no sul, espanhóis, franceses, etc..., menos os africanos, “fora” das decisões político-econômicas mas, todos sempre vinculados aos interesses do capital, concentrado em São Paulo. O mesmo ocorreu com o processo de construção ideológica reproduzido em São Paulo – a torre de Babel de europeus – com a criação dos sindicatos, imprensas operárias e partidos políticos. Até mesmo os negros criaram uma Frente Negra Brasileira que procurava se desvincular da África atrasada (à força, como notou Walter Rodney em **Como a Europa subdesenvolveu a África**) em busca dos passos dos negros norte-americanos mais desenvolvidos.

É Hasenbalg quem nota, lembra e aponta: com o fim da imigração de japoneses nos anos 30 inicia-se o processo de migração interna e, conseqüentemente, a integração dos negros na sociedade de classes a partir dos anos 40, no pós guerra, quando eles começam deixar os interiores e regiões atrasadas em busca da vida urbana e da construção da sua presença no sul do país. É preciso considerar que, para a construção da nação branca, os descendentes de europeus tiveram que ser privilegiados na sociedade e, conseqüentemente, pela economia. É necessário perceber que a tradição elitista reinante na sociedade brasileira privilegiou a estes, melhor situados na economia, e não àqueles, pior remunerados, nas políticas públicas. Escolas, hospitais, fábricas, comércio, tecnologia e desenvolvimento em geral concentraram-se nas mãos e nas vidas dos brancos, em prejuízo dos negros.

Isto é que é preciso mudar: **desconcentrar (mesmo as riquezas, tecnologias e conhecimentos) e reparar prejuízos é um dos aspectos da democracia** a ser construída no Brasil. Dar a quem não recebeu sem privar a quem muito já teve. A questão é o que dar ou privar o que e a quem. De que. Para isto as visões tradicionais de classismo e mesmo de demo-

cracia formal precisam sofrer rupturas, dando lugar ao que se possa realmente chamar de democracia racial.

O Estado precisa considerar que, para desenvolver-se, teve que esconder ou omitir uma riqueza negra para exibir uma “falsa” branquitude; agora precisa dar negritude a sua riqueza e democratizar a essência da sua branquitude: as culturas econômica, política e industrial –ou tecnológica. Este, aliás, é o outro aspecto que tem que ser revisto no Brasil: qual e que lucros ou prejuízos tiveram as influencias culturais. Porquê, como e para quem .

E qual é a tradição? É dizer-se que a grande contribuição dos negros ao Brasil ocorreu na área cultural. Como se sistemas econômicos, políticos, industriais, educacionais não significassem aspectos da cultura. O que é preciso perguntar é que aspectos e quem contribuiu, como e porque se deram as trocas culturais e, aí sim, a exemplo das transições do trabalho escravo para o trabalho livre (Brasil, 1845-1930) vale a pena, a comparação com os EUA, onde a chamada música negra se impôs de modo mais flagrante, rico e talvez irreversível que no Brasil.

Não que se possa dizer que aqui um dia o samba, o candomblé e outras formas culturais negras possam acabar como ocorreu com a religiosidade africana nos EUA mas porque o samba e a religiosidade afro-brasileira, mesmo que exportados do Brasil, não o foram com a mesma potência que a música afroamericana dos EUA. Ao contrário das economias e tecnologias geradas por europeus e descendentes norte-americanos que aqui se impuseram de forma irreversível. Capitalismo ou socialismo; comunismo, não importa o nome do sistema econômico, os negros precisam geri-los com a mesma competência de Carla Peres, outras loiras dos Tchans ou quaisquer grupos de pagode ou sacerdotes de religiões afrobrasileiras não negros. É hora da troca cultural.

Desenvolver-se exibindo a negritude da economia e das riquezas brasileiras é bom para a socialização da economia mundial. A democracia em questão no terceiro milênio é maior do que se imagina. O mundo precisa do Brasil.

Durante muito tempo (quer dizer, nos últimos 30 anos desde o início da popularização da luta contra o regime militar) se



convencionou dizer que eram necessárias políticas específicas para o combate ao racismo. Ao contrário das instituições negras tradicionais, que já existiam para suprir necessidades de lazer, cultura e até mesmo para a formação e colocação de mão de obra, surgiram os movimentos negros modernos, organizando os afro-brasileiros dos movimentos operários e estudantis, das esquerdas e mesmo da emergente classe média negra com o intuito de legitimar a luta de combate ao racismo. E conseguiram-no. Mais que isto: deram uma forma, ainda que canhota, à Consciência negra (veja **Escrevo o que quero**, de Steve Biko). Aí, primeiro os partidos, depois os sindicatos, as igrejas e os diversos níveis do Estado criaram departamentos negros. As identidades negras se legitimaram na imprensa e na sociedade e surgiram as comissões, coordenadorias e Conselhos Negros, além da Fundação Palmares, que transformaram as lutas anti-racistas numa instituição não só dos negros auto-considerados conscientes e da imprensa militante nas lutas democráticas, mas de todas as instituições brasileiras, dos sindicatos às igrejas e ao Estado Nacional.

Agora precisamos de mais. As lutas anti-racistas e contra as desigualdades sócio-raciais precisam avançar. Precisamos criar departamentos cidadãos, integrados também por membros de outras etnias, e estes devem considerar que o racismo é um dos problemas da cidadania brasileira e não apenas dos negros e seus descendentes mestiços mais escuros. Não a discriminação racial pessoal e direta como ocorreu nos EUA mas a desigualdades sócio-raciais – *o racismo institucional* – como existiu nos países africanos e como ainda é flagrante no Brasil.

Estes departamentos cidadãos, integrados por membros de todas as raças e classes sociais – células do novo Estado e da nova democracia brasileira – serão competentes para elaborar as políticas públicas necessárias a democratização e ao fim das desigualdades sócio-raciais. E algumas questões elas precisam considerar.

Em primeiro lugar a economia e a educação, além é claro, do lazer. Na economia não se pode esquecer que as culturas operárias do início do século foram responsáveis não só pela hegemonia italiana na imprensa, modernizada em consequência dos jornais operá-

rios, como também pelos sindicatos e pela criação de outras instituições da classe como escolas, hospitais, clubes e etc. Também é preciso se lembrar das conquistas sociais que, como os hospitais, clubes e outras instituições (da forma que revelam seus nomes, Beneficência Portuguesa, Sírío Libanês, etc..) se originaram destes esforços de associação. Mesmo durante um longo período após os anos 30 – quando da criação da legislação trabalhista – a grande maioria dos negros brasileiros não tinha ainda acesso ao trabalho com carteira profissional registrada, portanto ao INPS ou a instituição que a antecedeu, e à sindicalização.

Devem se lembrar ainda que as instituições educacionais se concentraram, como revela a USP, no caso de São Paulo, nas áreas de concentração de origem européia, da mesma forma que a urbanização e os subsídios estatais para a educação e a criação e gerência de negócios comerciais ou industriais, principalmente – e, repito – para a educação. Até mesmo o acesso aos serviços públicos, como bem demonstra ainda hoje o Itamaraty, onde é quase que completa a ausência de não brancos, foram inicialmente assim – serviços privados aos negros e não brancos. Ao contrário das instituições negras, como as escolas de samba, sempre gratuitas e abertas a todos que quisessem frequentá-las mas improdutivas para outros fins que não aqueles originários da sua criação.

São necessárias políticas que recompensem aqueles prejuízos, ao mesmo tempo que se deve estimular a manutenção da democracia racial das instituições negras, democraticamente lucrativas como se pode ver nos aspectos lúdicos das culturas brasileiras.

Tais órgãos precisam voltar-se não só para si mesmos e suas formações pluri-raciais mas para o conjunto da sociedade brasileira que não se esgota nos dilemas negros X brancos. Devem se ampliar e lançar olhares profundos sobre todos os poros da sociedade brasileira e seu desenvolvimento. E então verificar as novas questões chamadas específicas. As pequenas e micro-empresas, por exemplo. Após o intenso processo de migração interna dos anos 50 e 60 e o ingresso dos negros nas classes operárias veio a crise econômica que, nos centros mais desenvolvidos, despejou brancos e negros – estes mais – no desemprego. E mesmo antes já se iniciara o processo de



privatização do trabalho negro com a criação de pequenas empresas. Esta privatização do trabalho apenas ampliou-se também aos não negros, especialmente os brancos e mestiços sem consciência étnica. As pequenas de construção civil e outros serviços autônomos, data dos anos 60 e 70 mas as empresas para a criação e comercialização de produtos negros como cabeleireiros, bailes ou mesmo outros produtos para o conjunto da sociedade data dos anos 70 e 80. Estes pequenos empreendedores, como os indígenas e pequenos produtores rurais interessados na comercialização ou mesmo criação de produtos tradicionais ou novos nas áreas que ocupam, não contaram com os subsídios ou auxílios do Estado ou seus países de origem – estes (como notou Rodney) descapitalizados até mesmo da mão de obra desde a escravização dos africanos. Estes bisnetos de escravos e colonizados (índios) precisam e podem ser ressarcidos.

Outras iniciativas devem ser consideradas. Uma delas são as políticas compensatórias, tão em moda nos EUA e Caribe e já debatidas na USP, onde não se descartou a possibilidade de destinação de um certo número de vagas da escola gratuita para os negros, pior situados economicamente e, portanto, com menor acesso aos cursinhos vestibulares. Ou reparatórias, como já foi proposto no Brasil. Mas as reparações podem ser feitas através de políticas públicas e não através da doação de um volume de capital aos indivíduos como foi calculado pelo grupo de Consciência Negra da USP, no início da década de 90. Mas exatamente como ocorreu com os imigrantes europeus para que os beneficiários das políticas anti-racistas não sejam apenas os principais prejudicados pelo racismo mas todos aqueles atingidos pelos malefícios das políticas elitistas reinantes na história do Brasil – os trabalhadores em geral.

Volumes maiores de capital podem ser destinados para as regiões de concentrações negras e não brancas como o norte e nordeste, periferias das grandes ou pequenas cidades do sul e sudeste brasileiro e para as áreas rurais. Estes capitais devem privilegiar a educação, a industrialização, a saúde, o estímulo a pequena iniciativa e outros pequenos negócios ou a criatividade cultural. O resto – ou seja, os mais beneficiados – ficam por conta da livre iniciativa, ainda que a própria necessidade fará com que, por exemplo, negros ou não – os

médicos – se preocupem em desenvolver nas áreas de saúde uma ciência voltada para a proteção de necessidades específicas à saúde dos negros e outros não brancos, mais atingidos por certas doenças características da sua composição biológica.

As populações definirão as prioridades de investimentos nas áreas de cultura e lazer enquanto o mercado exigirá os produtos mais necessários para os consumos pessoais. Não é a toa que o PT, por exemplo, defende a criação, nas cidades, dos Conselhos populares. A democracia existe para o povo e as populações e não estas existem para enfeitar a democracia. Nenhuma escola de samba, por exemplo foi, até agora, beneficiada economicamente, ao contrário dos teatros municipais ou escolas de balett ou música clássica, estimulados desde os países de origem.

Assim se pode repensar um novo Brasil. Para todas as raças e povos mas principalmente acabando com os prejuízos do elitismo tradicional, sem mesmo a pecha mal vista pelos conservadores e benquista pelos progressistas de socialismo mas com o símbolo mais bem amado pela tradição nacional, da democracia racial. Com eleições livres e diretas em programas políticos que beneficiem toda a sociedade, sem discriminações de raça, gênero ou classe, seja por parte do Estado ou dos indivíduos. Esta vontade não é a minha ou de uns poucos negros que se acobertam nos chamados movimentos negros ou de supostos socialistas mas de toda a sociedade brasileira que nos últimos anos, após o regime militar deu claras demonstrações de que espera uma renovação da sociedade. Na política, nas políticas e nos políticos. As relações raciais, regionais, culturais ou de gênero demonstram-no.

Um primeiro exemplo foi a recente eleição de vários políticos negros para as principais cidades do país; outra foram as mudanças culturais valorizando a culturas produzidas no país e até mesmo a eleição do hoje odiado Collor de Mello, um nordestino de origem política, que depois indicou uma mulher para gerir a economia nacional. Tais fatos demonstram os anseios de renovação na sociedade brasileira. E nenhuma destas eleições ou indicações, como podemos notar, foram conquistas dos movimentos negros, populares, dos sertanejos ou dos nordestinos e mulheres mas do conjunto da sociedade brasileira, ansiosa por um novo rumo para os seus destinos. Gente nova,



cara nova, fatos novos era o que se queria ainda que nada disto tenha sido conquistado na política.

Vejamos: desde a metade dos anos 80 a chamada música rock começou a ceder parte do seu reinado para a música sertaneja; na metade dos anos 90 viu seu reino sucumbir para o pagode, do mesmo modo que no fim dos anos 80, ao derrotar o conservador Maluf e o governo do “caipira” Quéricia, o Partido dos Trabalhadores elegeu uma mulher, Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo, a maior cidade da América Latina. Uma mulher “fora do lugar”, nordestina, defendendo o socialismo no maior centro capitalista do país. Negros, desvinculados dos movimentos anti-racistas, Alceu Colares e Albuíno Azeredo se elegeram governadores de estados sem nenhuma tradição afro-brasileira, Rio Grande do Sul e Espírito Santo – o primeiro estado, considerado por muitos desinformados como o mais racista do Brasil.

Em 1996, Maluf, maior símbolo do conservadorismo, cuja assessoria (Benedito Pío, como denunciou o deputado Eduardo Suplicy), numa das campanhas eleitorais trabalhou com um documento que previa o fim das populações negras até o ano 2000 fez um partido conservador eleger um negro, Celso Pita, prefeito da cidade de São Paulo. Do mesmo modo que Collor de Mello, à partir do nordeste, num partido sem nenhuma expressão ou tradição na política brasileira, o PRN (“fora do lugar” nas decisões políticas) conseguiu aglutinar os “descamisados” e se eleger presidente do país. E, aí, indicar uma mulher, que fez o que quis e bem entendeu, para ocupar o Ministério do Planejamento.

Assim como Zélia Cardoso de Mello não foi indicada pelo movimento de mulheres para integrar o ministério Collor de Mello, nenhum daqueles políticos negros foi indicado ou apoiado pelos movimentos anti-racistas. O certo é que pelo menos Pita, em 96, foi apoiado

pelos escolas de samba paulistanas. O que demonstra existir, no mínimo, certo divórcio entre os que fazem a política e o povo brasileiro. É preciso casa-los, já que num país de tradição escravista nunca foi pacífica a convivência entre o governo e a maioria do povo.

Há um sentimento pelo novo, um anseio pela renovação na política brasileira – a maior nação negra fora da África, cuja população, repito é integrada por 44,5% de negros. O que deseja e o que pretendem estes milhões de brasileiros (na maioria descendentes de escravos) que ingressaram na vida político-eleitoral através do voto aos analfabetos. O que? É algo de novo que os departamentos de cidadãos, tão novos como a democracia ou o conceito de cidadania na sociedade brasileira podem descobrir. Aliás, qual cidadão, além daquele que procura definir a própria identidade pode saber o que quer? Nenhum outro.

E, se Gilberto Freire foi o maior – senão o principal clássico do pensamento brasileiro sobre a democracia – quem conseguir invertê-lo, conservador, de cabeça para baixo, não fará nada de novo. Vai redescobrir que toda moeda tem duas faces – vai complementá-lo. Permitirá, apenas, que se conheça os caminhos para trazer as culturas econômicas, industriais e tecnológicas das antigas Casas Grandes e Sobrados – para as novas Senzalas – os Mocambos. Talvez com certa desordem – citando o último livro da trilogia de Gilberto Freire, Ordem e Progresso. Com um olhar e uma cultura política da Senzala (Mocambo, alagado ou favela - ex-cortiço?) revelando caminhos para aumentar a democracia nesta imensa fazenda chamada Brasil; agora sem senhores ou escravos mas com indivíduos ansiosos por descobrirem o que é todos se tornarem cidadãos. Talvez, no início do terceiro milênio, **o terceiro processo lento gradual e seguro**, só que agora para o fechamento do bar de um cidadão autoritário chamado Brasil.